



CÓD: OP-113JH-22
7908403523948

RECEITA FEDERAL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gabaritando - 550 Questões Gabaritadas

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	05
2. Espanhol	21
3. Inglês	31
4. Raciocínio Lógico-Quantitativo	41
5. Administração Geral e Pública	49
6. Direito Constitucional	63
7. Direito Administrativo	77
8. Direito Tributário	89
9. Auditoria	107
10. Contabilidade Geral e Avançada	117
11. Legislação Tributária	127
12. Legislação Aduaneira	143
13. Comércio Internacional	163

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Indique o item em que todas as palavras estão corretamente empregadas e grafadas.

- (A) A pirâmide carcerária assegura um contexto em que o poder de infringir punições legais a cidadãos aparece livre de qualquer excesso e violência.
- (B) Nos presídios, os chefes e subchefes não devem ser exatamente nem juízes, nem professores, nem contramestres, nem suboficiais, nem “pais”, porém avocam a si um pouco de tudo isso, num modo de intervenção específico.
- (C) O carcerário, ao homogeneizar o poder legal de punir e o poder técnico de disciplinar, ilide o que possa haver de violento em um e de arbitrário no outro, atenuando os efeitos de revolta que ambos possam suscitar.
- (D) No singular poder de punir, nada mais lembra o antigo poder do soberano iminente que vingava sua autoridade sobre o corpo dos supliciados.
- (E) A existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sob o qual se chega a exercer controle e aferir lucro ilícito, mas que se torna manejável por sua organização em delinquência.

2.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/“SEM ÁREA”/2014)

Leia o texto abaixo e responda à questão.

A prefeitura municipal, através da Secretaria de Assistência Social, promove a Campanha Imposto de Renda Solidário, projeto cujo objetivo é, através de doação do imposto de renda devido, **ajudar a financiar(a)** projetos de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes de Chapadão do Sul.

A ideia é que todos que **queiram participar(b)** direcionem parte do valor devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência (FMDCA) e as-

sim participem da Campanha. A doação, estabelecida pela Lei n. 8.069/90, é simples, não traz ônus a quem colabora e os valores doados **são abatidos(c)** do imposto de renda devido.

O valor destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitados os limites legais, é integralmente deduzido do IR devido na declaração anual ou acrescido ao IR a restituir. Quem quiser contribuir **deve procurar(d)** um escritório de contabilidade e solicitar que seu imposto de renda seja destinado ao FMDCA de Chapadão do Sul.

A doação pode ser dirigida a um projeto de escolha do doador, desde que esteja inscrito no CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que **analisará e aprovará(e)** o repasse do recurso e posteriormente fiscalizará sua execução.

(Adaptado de: <<http://www.ocorreionews.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2014.)

No desenvolvimento da argumentação do texto, o modo e tempo verbais são usados para indicar uma possibilidade, uma hipótese em

- (A) “ajudar a financiar”.
- (B) “queiram participar”.
- (C) “são abatidos”.
- (D) “deve procurar”.
- (E) “analisará e aprovará”.

3.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Julgue se as substituições sugeridas para elementos do texto provocam erro gramatical.

A partir do próximo ano, a Receita Federal exigirá dos contribuintes mais informações sobre compra e venda de bens. Esses dados serão cruzados com o cadastro do fisco para flagrar quem tenta sonegar tributos. Técnicos da Receita Federal devem acrescentar novas perguntas ao formulário da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) no ano que vem ou mudar o enfoque de algumas delas. O objetivo

é coletar informações mais precisas para serem cruzadas com outros bancos de dados em poder da Receita, como os cadastros enviados por cartórios de imóveis, incorporadoras, imobiliárias, bancos e administradoras de cartão de crédito, além dos números contidos nas declarações de renda de terceiros. Quem omitir informações ou fornecer dados errados, movido por boa ou má-fé, poderá ter dois problemas: ficar no final da fila de restituição do imposto ou ser convocado a dar explicações pessoalmente. Das entregues em 2002, cerca de 597 mil declarações ficaram retidas na malha fina. A finalidade das mudanças é aperfeiçoar ainda mais os cruzamentos com os dados fornecidos por terceiros. Em 2003, a Receita passou a cruzar dados dos contribuintes com informações prestadas por imobiliárias, incorporadoras e administradoras de cartão de crédito. A cada ano, fica mais difícil enganar o fisco.

(Adaptado de Lauro Rutkowski, Correio Braziliense, 09/09/2003)

- I. tenta sonegar ⇒ buscando sonegar
- II. devem acrescentar ⇒ deverão acrescentar
- III. serem cruzadas ⇒ que sejam cruzadas
- IV. poderá ter ⇒ poderia ter
- V. ficaram retidas ⇒ estão retidas
- VI. passou a cruzar ⇒ já cruza

Estão gramaticalmente corretas as substituições sugeridas em

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) II, III, V e VI
- (E) III, IV, V e VI

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Assinale a opção que preenche a lacuna do texto de forma a torná-lo gramaticalmente correto, coeso e coerente.

Normalmente o Estado de Direito é confundido com o Estado Constitucional (Estado Democrático de Direito), entretanto, isto é um equívoco.

Com efeito, se é a legislação que serve de parâmetro para atuação estatal, então, esta mesma legislação, por conseguinte, é livre. Em tais Estados (Estado de Direito), o absolutismo do rei é substituído pelo absolutismo do parlamento (supremacia do parlamento e não da constituição).

(Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8873>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

(A) Conquanto, no Estado Constitucional, a constituição funciona como fundamento de validade de toda ordem jurídica, disciplinando não só a atuação do Executivo e Judiciário, como também do legislativo, vigendo, aí sim, a supremacia da constituição.

(B) Embora, no Estado Constitucional, o legislador encontra limites jurídicos nas normas constitucionais, as quais traçam o perfil de cada exação, de forma que a competência tributária é delimitada através da conjugação das normas que tratam especificamente de cada tributo com os princípios constitucionais.

(C) Daí podermos concluir que, no Brasil, por força de uma séria de disposições constitucionais, não há falar em poder tributário (incontrastável, absoluto), mas, tão somente, em competência tributária (regrada, disciplinada pelo Direito).

(D) Isso porque no Estado de Direito os atos do Executivo e do Judiciário estão submetidos ao princípio da legalidade; contudo, o Legislativo é livre para atuar, já que esse princípio não pode ser aplicado, por imposição lógica, à legislação.

(E) Portanto, poder tributário tinha a Assembléia Constituinte, que era soberana. Ela realmente tinha um poder ilimitado, inclusive em matéria tributária. Contudo, a partir do momento em que foi promulgada a Constituição, o Poder Tributário retornou ao povo, restando aos poderes constituídos as competências tributárias.

5.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Assinale a opção incorreta para constituir continuação coesa e coerente do texto a seguir.

O caráter ético das relações sociais, hoje em dia, é proporcionado sobretudo pelo respeito aos direitos humanos. Isso significa, de imediato, afirmar enfaticamente que aqueles que se opõem a esses direitos - por exemplo, defendendo a tortura - negam que as relações entre os seres humanos possam ter sentido ético. É claro que não dizem isso com todas as letras,

ESPAÑHOL

ESPAÑHOL

1. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

Informe de EU sobre HSBC desnuda vulnerabilidad de banca mexicana

El informe del congreso estadounidense sobre la forma como la filial mexicana del banco británico HSBC transfirió más de 7 mil millones de dólares, que en parte a lo mejor corresponden al narcotráfico, expone la debilidad de México para frenar el flujo de dinero ilícito. El presidente la Comisión Nacional Bancaria y de Valores de México (CNBV), Guillermo Babatz, admitió este miércoles a la prensa que las revelaciones muestran “diversas fallas, vulnerabilidades del sistema financiero”, pero defendió las medidas adoptadas para fortalecerlo y subrayó que fueron las investigaciones hechas en su país las que permitieron desnudarlas. Resaltó que entre 2002 y 2009 se advirtió al HSBC de la debilidad de sus controles para prevenir el lavado de dinero y se impusieron sanciones, aunque sólo de carácter administrativo. Desde 2010, el banco central restringió a menos de 7 mil dólares el monto máximo mensual de las transacciones que pueden realizarse en efectivo en esa moneda ante bancos y casas de cambio. El Congreso tramita otra iniciativa para frenar el blanqueo mediante compras de joyas, casinos, bienes inmuebles y autos.

El informe estadounidense halló por ejemplo que el HSBC México opera 50 mil cuentas y fondos por 2 mil 100 millones de dólares en Islas Caimán, donde no tiene oficinas ni empleados. Para el experto argentino en crimen organizado, Edgardo Buscaglia, que trabaja en México y es investigador invitado de la universidad de Columbia en Estados Unidos, las denuncias muestran que México se ha transformado en un “bazar” para el flujo de dinero ilícito.

(La jornada, 18. /07. /2 <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2012/07/18/16327554-informe-de-eu-sobre-hsbc-desnudavulnerabilidad-de-banca-mexicana-cnbv>)

La locución “a lo mejor” que aparece en la tercera línea del texto significa:

- (A) tal vez.
- (B) sin duda.
- (C) de preferencia.
- (D) difícilmente.
- (E) a todas luces.

2. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

Del sueño a la pesadilla

Si bien la actual crisis europea tiene un evidente componente económico, su principal factor de desajuste parecería ser la acelerada pérdida de credibilidad en el proyecto. Por primera vez los inversores, los ciudadanos y hasta los mismos políticos han comenzado a dudar seriamente de la irreversibilidad del proceso de la eurozona y se ha comenzado a pensar en que la eurozona no funcione y que sus actores tengan que dar marcha atrás. Algo para lo que nadie estaba preparado.

La unificación monetaria del espacio europeo fue sin duda un golpe visionario como pocos en la historia, el paso obligado una vez consolidado un mercado comercial gigantesco. Sin embargo, la sustitución de las monedas nacionales por una continental no vino de la mano de un mecanismo igualmente unificado de manejo fiscal. Los estados miembros quedaron simplemente obligados a cumplir ciertas metas fiscales pero nada más. La Unión Europea no asumió mecanismos efectivos de administración fiscal, ni de control de las cuentas públicas, de cada uno de los miembros. Y este desfase monetario fiscal tiene una explicación política. Si el régimen de hacienda pública dejaba de estar en manos de los estados miembros y pasaba a manos de un organismo supranacional, en ese momento los bancos centrales, los ministros de finanzas, pero más importante, los propios parlamentos nacionales prácticamente dejarían de tener su razón de ser. La política dejaría de ser entonces un asunto “local” para convertirse en una actividad europea en plenitud. El actual parlamento europeo –que carece de iniciativa legislativa– tendría que convertirse en la fuente directa de legitimidad de todo el andamiaje político de la actual Unión Europea. Habría un electorado auténticamente europeo y la Unión Europea dejaría entonces de ser tal para convertirse en un Estado federal. Y este es el salto que nadie está dispuesto a dar. Ciertamente es que en los últimos años el proyecto de una federación ha venido

discutiéndose. Sin embargo, hay sociedades como la francesa, por ejemplo, que requerirían de algún tiempo para aceptarla. Y tiempo es lo que menos tiene hoy la eurozona. Y decisión política es lo que más le está haciendo falta.

(El Universo, 17/07/12 <http://www.eluniverso.com/2012/07/17/1/1363/sueno-pesadilla.html>)

En el texto se dice que la actual crisis europea tiene un evidente componente económico:

- (A) vinculado a la consolidación del comercio.
- (B) pero apenas monetario.
- (C) y otro político.
- (D) como única causa.
- (E) resultante de la unificación monetaria.

3. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2012)

Hay que firmar un acuerdo con la UE, pero acorde con el Modelo de Desarrollo Ecuatoriano

Analizar la firma de un acuerdo con la Unión Europea (UE), requiere de una revisión de las estadísticas de esta relación comercial y, por ende, de la posición del Gobierno ecuatoriano. Las cifras revelan que el crecimiento de las exportaciones de nuestro país a la UE, en los últimos 7 años, ha sido importante; escenario pese al cual el Ejecutivo ha expresado su negativa de firmar un acuerdo bajo las mismas condiciones de Perú y Colombia, y más bien ha planteado un Acuerdo Comercial de Desarrollo (ACD). El Coordinador de Investigaciones Socioeconómicas de la Escuela Superior Politécnica del Litoral (ESPOL), Fabricio Zanzzi, coincide en que firmar un acuerdo así no está acorde con el Modelo de Desarrollo Ecuatoriano; de ahí, que sugiera estudiar a fondo el caso y luego firmar.

Mientras el aumento de las ventas ecuatorianas a la UE es de aproximadamente un 19% anual; actualmente, nuestro país exporta alrededor de US\$2,630 millones a este mercado, es decir, más de 2.4 veces de lo que le vendía en el 2003; realidad que lo convierte en el tercer destino de nuestros productos, después de Estados Unidos y la Comunidad Andina (CAN). El 93% de estas exportaciones son denominadas no petroleras, siendo los productos primarios los de mayor importancia. El Banano es el principal de ellos, de acuerdo a las cifras de Eurostat, el mayor proveedor es Colombia con el 26%, seguido de Ecuador con el 24% del mercado, lo que representó aproximadamente US\$864 millones, en el 2010.

Ambito.com, 19.07.12 <http://www.ambito.com/noticia.asp?id=646118>

En el contexto del texto, "por ende" conserva su sentido al sustituirse por:

- (A) es decir.
- (B) por supuesto.
- (C) en tanto.
- (D) por tanto.
- (E) en cambio.

4. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

Periodo recesivo hasta 2010: UNAM

José Luis Calva Téllez, académico del Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), dijo que de aprobarse el paquete económico del presidente Felipe Calderón, habría una pérdida en 2010 de 200 mil empleos y una contracción del Producto Interno Bruto (PIB) de 1.8 por ciento. Para ese especialista, la inflación alcanzaría 6.1 por ciento anual a causa de las alzas de impuestos; y el déficit de la cuenta corriente se situaría en 12 mil millones de dólares.

Destacó que esos resultados negativos estarán influenciados aún por la recesión económica del país, por la carga fiscal que se enfrentaría con la aprobación del presupuesto económico como lo presentó el Ejecutivo federal ante el Congreso; y por la baja inversión que habrá por parte del sector privado. "La Secretaría de Hacienda y Crédito Público está esperando que la economía de

Estados Unidos levante a México, pero en aquel país la recuperación se está enfocando a amortizar deudas y por consecuencia el consumo seguirá deprimido", indicó.

(Excélsior, 22/09/09)

En el texto, la locución "de aprobarse" tiene valor:

- (A) condicional.
- (B) concesivo.
- (C) temporal.
- (D) causal.
- (E) imperativo.

5. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA/2006)

Acuerdo textil Chino-EU

Industriales y expertos chinos del sector textil expresaron el miércoles su escepticismo sobre el acuerdo, suscrito el martes, que limita las importaciones chinas de textiles por Estados Unidos hasta 2008.

Cao Xinyu, vice-presidente de la Cámara de Comercio china para importaciones y exportaciones de textiles, recordó que los fabricantes chinos "aumentaron indiscriminadamente su producción, anticipándose a medidas de salvaguarda; de ahí que gran cantidad de artículos quedaran bloqueados en las aduanas". Al mismo tiempo, aseguró que los importadores estadouni-

INGLÊS

INGLÊS

1.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Customs enforcement is concerned with the protection of society and fighting trans-national organized crime based on the principles of risk management. In discharging this mandate, Customs compliance and enforcement services are involved in a wide range of activities relating to information and intelligence exchange, combating commercial fraud, counterfeiting, the smuggling of highly taxed goods (especially cigarettes and alcohol), drug trafficking, stolen motor vehicles, money laundering, electronic crime, smuggling of arms, nuclear materials, toxic waste and weapons of mass destruction. Enforcement activities also aim to protect intellectual and cultural property and endangered plants and animal species.

In order to assist its Members improve the effectiveness of their enforcement efforts and achieve a balance between control and facilitation, the World Customs Organisation has developed a comprehensive technical assistance and training programmes. In addition, it has established Regional Intelligence Liaison Offices (RILOs) that are supported by a global database, the Customs Enforcement Network (CEN), to facilitate the exchange and use of information.

The WCO has also developed instruments for international co-operation in the form of the revised Model Bilateral Agreement (MBA); the Nairobi Convention, which provides for mutual administrative assistance in the prevention, investigation and repression of Customs offences; and the Johannesburg Convention, which provides for mutual administrative assistance in Customs matters. The WCO's Customs Control and Enforcement programme therefore aims to promote effective enforcement practices and encourage co-operation among its Members and with its various competent partners and stakeholders.

(Source: <http://www.wcoomd.org/en/topics/enforcement-and-compliance/overview.aspx>, retrieved on 12 March 2014.)

The text explains that the mandate of the World Customs Organisation comprises both

Alternativas

(A) enforcement and repression activities.

(B) co-operation and training efforts.

(C) crime investigation and prevention.

(D) direct control and facilitation initiatives.

(E) partners and stakeholders.

2.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Customs enforcement is concerned with the protection of society and fighting trans-national organized crime based on the principles of risk management. In discharging this mandate, Customs compliance and enforcement services are involved in a wide range of activities relating to information and intelligence exchange, combating commercial fraud, counterfeiting, the smuggling of highly taxed goods (especially cigarettes and alcohol), drug trafficking, stolen motor vehicles, money laundering, electronic crime, smuggling of arms, nuclear materials, toxic waste and weapons of mass destruction. Enforcement activities also aim to protect intellectual and cultural property and endangered plants and animal species.

In order to assist its Members improve the effectiveness of their enforcement efforts and achieve a balance between control and facilitation, the World Customs Organisation has developed a comprehensive technical assistance and training programmes. In addition, it has established Regional Intelligence Liaison Offices (RILOs) that are supported by a global database, the Customs Enforcement Network (CEN), to facilitate the exchange and use of information.

The WCO has also developed instruments for international co-operation in the form of the revised Model Bilateral Agreement (MBA); the Nairobi Convention, which provides for mutual administrative assistance in the prevention, investigation and repression of Customs offences; and the Johannesburg Convention, which provides for mutual administrative assistance in Customs matters. The WCO's Customs Control and Enforcement programme therefore aims to promote effective enforcement practices and encourage co-operation among its Members and with its various competent partners and stakeholders.

(Source: <http://www.wcoomd.org/en/topics/enforcement-and-compliance/overview.aspx>, retrieved on 12 March 2014.)

In accordance with the passage, ‘customs enforcement’ can best be defined as the prevention of criminal activities

Alternativas

- (A) requiring coordination between enforcement agencies of neighboring countries.
- (B) of a strictly commercial nature, taking place on border areas.
- (C) restricted to trans-national intellectual and cultural property infringement .
- (D) that can pose financial or physical harm to societies and affect at least two countries.
- (E) that can put societies and the environment at risk in the broadest sense.

3.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Questions 34 through 38 refer to the following text.

We’ve been keeping our veterinarian in business lately.

First Sammy, our nine-year-old golden retriever, needed surgery. (She’s fine now.) Then Inky, our curious cat, burned his paw. (He’ll be fine, too.) At our last visit, as we were writing our fourth (or was it the fifth?) consecutive check to the veterinary hospital, there was much joking about how vet bills should be tax-deductible. After all, pets are dependents, too, right? (Guffaws all around.)

Now, halfway through tax-filing season, comes news that pets are high on the list of unusual deductions taxpayers try to claim. From routine pet expenses to the costs of adopting a pet to, yes, pets as “dependents,” tax accountants have heard it all this year, according to the Minnesota Society of Certified Public Accountants, which surveys its members annually about the most outlandish tax deductions proposed by clients. Most of these doggy deductions don’t hunt, but, believe it or not, some do. Could there be a spot for Sammy and Inky on our 1040?

Scott Kadrlík, a certified public accountant in Eden Prairie, Minn., who moonlights as a stand-up comedian (really!), gave me a dog’s-eye view of the tax code: “In most cases our family pets are just family pets,” he says. They cannot be claimed as dependents, and you cannot deduct the cost of their food, medical care or other expenses. One exception is service dogs. If you require a Seeing Eye dog, for example, your canine’s costs are deductible as a medical expense. Occasionally, man’s

best friend also is man’s best business deduction. The Doberman that guards the junk yard can be deductible as a business expense of the junk-yard owner, says Mr. Kadrlík. Ditto the convenience-store cat that keeps the rats at bay. For most of us, though, our pets are hobbies at most. Something’s a hobby if, among other things, it hasn’t turned a profit in at least three of the past five years (or two of the past seven years in the case of horse training, breeding or racing). In that case, you can’t deduct losses—only expenses to the extent of income in the same year. So if your beloved Bichon earns \$100 for a modeling gig you could deduct \$100 worth of vet bills (or dog food or doggy attire).

(Source: Carolyn Geer, The Wall Street Journal, retrieved on 13 March 2014 - slightly adapted)

Among the domesticated animals considered eligible for tax deductions are

Alternativas

- (A) family pets.
- (B) guide dogs.
- (C) Doberman dogs.
- (D) horses in general.
- (E) house cats.

4.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Questions 34 through 38 refer to the following text.

We’ve been keeping our veterinarian in business lately.

First Sammy, our nine-year-old golden retriever, needed surgery. (She’s fine now.) Then Inky, our curious cat, burned his paw. (He’ll be fine, too.) At our last visit, as we were writing our fourth (or was it the fifth?) consecutive check to the veterinary hospital, there was much joking about how vet bills should be tax-deductible. After all, pets are dependents, too, right? (Guffaws all around.)

Now, halfway through tax-filing season, comes news that pets are high on the list of unusual deductions taxpayers try to claim. From routine pet expenses to the costs of adopting a pet to, yes, pets as “dependents,” tax accountants have heard it all this year, according to the Minnesota Society of Certified Public Accountants, which surveys its members annually about the most outlandish tax deductions proposed by clients. Most of these doggy deductions don’t hunt, but, believe it or not, some do. Could there be a spot for Sammy and Inky on our 1040?

Scott Kadrlík, a certified public accountant in Eden Prairie, Minn., who moonlights as a stand-up comedian (really!), gave me a dog’s-eye view of the tax code: “In most cases our family pets are just family pets,” he says.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

1. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

A matriz quadrada A , definida genericamente por $A = a_{ij}$, é dada por $a_{11} = 0$; $a_{12} = -4$; $a_{13} = 2$; $a_{21} = x$; $a_{22} = 0$; $a_{23} = (1 - z)$; $a_{31} = y$; $a_{32} = 2z$ e, por último, $a_{33} = 0$. Desse modo, para que a matriz A seja uma matriz antissimétrica, os valores de a_{21} , a_{23} , a_{31} e a_{32} deverão ser, respectivamente, iguais a:

- (A) 4; -2; -2; -2.
- (B) 4; -2; 2; -2.
- (C) 4; 2; -2; -2.
- (D) -4; -2; 2; -2.
- (E) -4; -2; -2; -2.

2. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

O cosseno de um ângulo x , com $\pi/2 < x < \pi$, é igual a $-7/25$.

Desse modo, a tangente de $x/2$ é igual a:

- (A) $-4/3$
- (B) $4/3$
- (C) $-3/2$
- (D) $3/23$
- (E) 1

3. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Considere a função bijetora f , de imagem-041.jpg em imagem-042.jpg definida por $f(x) = (x^2 - 1)$, se $x \geq 0$ e $f(x) = (x - 1)$, se $x < 0$, em que imagem-044.jpg é o conjunto de números reais. Então os valores da função inversa de f , quando $x = -8$ e $x = 8$ são, respectivamente, iguais a:

- (A) -7 ; 3
- (B) -7 ; -3
- (C) $1/9$; $1/63$
- (D) $-1/9$; $-1/63$
- (E) -63 ; 9

4. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Ana está realizando um teste e precisa resolver uma questão de raciocínio lógico. No enunciado da questão, é afirmado que: "todo $X1$ é Y . Todo $X2$, se não for $X3$, ou é $X1$ ou é $X4$. Após, sem sucesso, tentar encontrar a alternativa correta, ela escuta alguém, acertadamente, afirmar que: não há $X3$ e não há $X4$ que não seja Y . Apartir disso, Ana conclui, corretamente, que

- (A) todo Y é $X2$.
- (B) todo Y é $X3$ ou $X4$.
- (C) algum $X3$ é $X4$.
- (D) algum $X1$ é $X3$.
- (E) todo $X2$ é Y .

5. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Um polígono regular possui 48 diagonais que não passam pelo seu centro. A partir desta informação, pode-se concluir que o número de lados desse polígono é igual a:

- (A) 12
- (B) 36
- (C) 24
- (D) 48
- (E) 22

6. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Se é verdade que alguns adultos são felizes e que nenhum aluno de matemática é feliz, então é necessariamente verdade que:

- (A) algum adulto é aluno de matemática.
- (B) nenhum adulto é aluno de matemática.
- (C) algum adulto não é aluno de matemática.
- (D) algum aluno de matemática é adulto.
- (E) nenhum aluno de matemática é adulto.

7. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Em um tanque há 3 torneiras. A primeira enche o tanque em 5 horas, a segunda, em 8 horas, já a terceira o esvazia em 4 horas. Abrindo-se as 3 torneiras ao mesmo tempo e estando o tanque vazio, em quanto tempo o tanque ficará cheio?

- (A) 10 horas e 40 minutos
- (B) 13 horas e 20 minutos
- (C) 14 horas e 30 minutos
- (D) 11 horas e 50 minutos
- (E) 12 horas e 10 minutos

8. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Para construir 120 m² de um muro em 2 dias, são necessários 6 pedreiros. Trabalhando no mesmo ritmo, o número de pedreiros necessários para construir 210 m² desse mesmo muro em 3 dias é igual a

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

9. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

O Ministério da Fazenda pretende selecionar ao acaso 3 analistas para executar um trabalho na área de tributos. Esses 3 analistas serão selecionados de um grupo composto por 6 homens e 4 mulheres. A probabilidade de os 3 analistas serem do mesmo sexo é igual a

- (A) 40%.
- (B) 50%.
- (C) 30%.
- (D) 20%.
- (E) 60%.

10. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Dada a matriz

$$A = \begin{pmatrix} 2 & 1 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$$

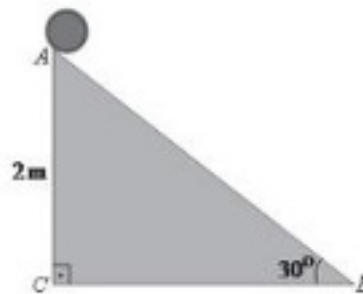
o determinante de A⁵ é igual a

- (A) 20.
- (B) 28.
- (C) 32
- (D) 30.
- (E) 25.

11. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Uma esfera foi liberada no ponto A de uma rampa. Sabendo-se que o ponto A está a 2 metros do solo e que o caminho percorrido pela esfera é exatamente a

hipotenusa do triângulo retângulo da figura abaixo, determinar a distância que a esfera percorreu até atingir o solo no ponto B.



- (A) 5 metros
- (B) 3 metros
- (C) 4 metros
- (D) 6 metros
- (E) 7 metros

12. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Se Paulo é irmão de Ana, então Natália é prima de Carlos. Se Natália é prima de Carlos, então Marta não é mãe de Rodrigo. Se Marta não é mãe de Rodrigo, então Leila é tia de Maria. Ora, Leila não é tia de Maria. Logo

- (A) Marta não é mãe de Rodrigo e Paulo é irmão de Ana.
- (B) Marta é mãe de Rodrigo e Natália é prima de Carlos.
- (C) Marta não é mãe de Rodrigo e Natália é prima de Carlos.
- (D) Marta é mãe de Rodrigo e Paulo não é irmão de Ana.
- (E) Natália não é prima de Carlos e Marta não é mãe de Rodrigo.

13. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

A negação da proposição “se Paulo estuda, então Marta é atleta” é logicamente equivalente à proposição

- (A) Paulo não estuda e Marta não é atleta.
- (B) Paulo estuda e Marta não é atleta.
- (C) Paulo estuda ou Marta não é atleta.
- (D) se Paulo não estuda, então Marta não é atleta.
- (E) Paulo não estuda ou Marta não é atleta.

14. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

A taxa cobrada por uma empresa de logística para entregar uma encomenda até determinado lugar é proporcional à raiz quadrada do peso da encomenda. Ana,

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

O termo governança pode ser entendido como:

Alternativas

(A) conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, garantindo-se maior transparência e a exposição das políticas públicas.

(B) a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, com vistas a promover o desenvolvimento.

(C) as condições do exercício da autoridade política.

(D) um conceito que está relacionado estreitamente ao universo político-administrativo anglo-saxão.

(E) o reconhecimento que tem uma ordem política.

2.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Considerando-se os modelos teóricos de administração pública:patrimonialista,burocrático e gerencial, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) a Administração Pública burocrática acredita em uma racionalidade absoluta, pregando o formalismo, rigidez e o rigor técnico.

(B) a Administração Pública burocrática pensa na sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, na qual os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições ideológicas.

(C) a Administração Pública burocrática prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições e responsabilidades para os escalões inferiores.

(D) a Administração Pública Gerencial é autorreferente e se concentra no processo, em suas próprias necessidades e perspectivas, sem considerar a alta ineficiência envolvida.

(E) a Administração Pública Gerencial assume que o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção é pelo controle rígido dos processos com o controle de procedimentos.

3.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Conforme o Instrumento “Para Avaliação da Gestão Pública”(Brasil,2010),diversas características inerentes à natureza pública diferenciam as organizações da administração pública das organizações da iniciativa privada.É incorreto apresentar como característica:

Alternativas

(A) o controle social é requisito essencial para a administração pública contemporânea em regimes democráticos, o que resulta em garantia de transparência de suas ações e atos e na institucionalização de canais de participação social, enquanto as organizações privadas estão fortemente orientadas para a preservação e proteção dos interesses corporativos (dirigentes e acionistas).

(B) a administração pública e as organizações privadas não podem fazer acepção de pessoas, devem tratar a todos igualmente e com qualidade. O tratamento diferenciado não é permitido por lei.

(C) a administração pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo que não estiver proibido por lei. A legalidade fixa os parâmetros de controle da administração e do administrador, para evitar desvios de conduta.

(D) a administração pública tem o poder de regular e gerar obrigações e deveres para a sociedade, assim, as suas decisões e ações normalmente geram efeitos em larga escala para a sociedade e em áreas sensíveis. O Estado é a única organização que, de forma legítima, detém este poder de constituir unilateralmente obrigações em relação a terceiros.

(E) as organizações privadas buscam o lucro financeiro e formas de garantir a sustentabilidade do negócio. A administração pública busca gerar valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente.

4.(ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Entre novas tecnologias gerenciais e organizacionais aplicadas à Administração Pública, temos a Carta de Serviços ao Cidadão, preconizada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Segundo o GESPÚBLICA, a Carta de Serviços tem como premissas

Alternativas

- (A) transparência e accountability.
- (B) Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação.
- (C) gestão de processos e prestação de contas ao cidadão.
- (D) foco no cidadão e indução do controle social.
- (E) canais de acesso à informação pelo cidadão e governo eletrônico.

5.(ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Sobre o modelo de Administração Pública Burocrática, é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) pensa na sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, na qual os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições ideológicas.
- (B) assume que o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção é pelo controle rígido dos processos, com o controle de procedimentos.
- (C) prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições e responsabilidades para os escalões inferiores.
- (D) preza os princípios de confiança e descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas e descentralização de funções.
- (E) o administrador público prega o formalismo, o rigor técnico e preocupa-se em oferecer serviços, e não em gerir programas.

6.(ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

O Decreto n. 7.478, de 12 de maio de 2011, criou a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC, do Conselho de governo. É competência desta Câmara

Alternativas

- (A) implementar iniciativas no âmbito de políticas de gestão, desempenho e competitividade.
- (B) supervisionar e acompanhar a implementação das decisões adotadas pelos ministérios e governos estaduais.
- (C) estabelecer diretrizes estratégicas e planos para formulação e implementação de políticas de melhoria da gestão da administração pública estadual.

(D) identificar processos finalísticos e órgãos secundários de atuação para fortalecer a gestão de resultados na administração pública.

(E) prestar assessoramento ao Presidente da República na formulação e implementação de mecanismos de controle e avaliação da qualidade do gasto público.

7.(ESAF - 2009 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 3)

No âmbito da administração pública, o empreendedorismo pressupõe a incorporação dos seguintes comportamentos, exceto:

Alternativas

- (A) participação dos cidadãos nos momentos de tomada de decisão.
- (B) substituição do foco no controle dos inputs pelo controle dos outputs e seus impactos.
- (C) criação de mecanismos de competição dentro das organizações públicas e entre organizações públicas e privadas.
- (D) adoção de uma postura reativa, em detrimento da proativa, e elaboração de planejamento estratégico, de modo a antever problemas potenciais.
- (E) aumento de ganhos por meio de aplicações financeiras e ampliação da prestação de serviços remunerados.

8.(ESAF - 2009 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 3)

Sob o ponto de vista do cidadão, podemos afirmar que os seguintes mecanismos, todos acessíveis pela Internet, são mantidos pelo governo federal como instrumentos de transparência, exceto:

Alternativas

- (A) ComprasNet.
- (B) SIAFI.
- (C) Portal Brasil.
- (D) Portal da Transparência.
- (E) Portal de Convênios.

9.(ESAF - 2009 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 3)

Sobre o tema 'governabilidade, governança e accountability', assinale a opção incorreta.

Alternativas

- (A) A accountability visa a fortalecer o controle social e político, em detrimento do controle burocrático.
- (B) Governança pode ser entendida como um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas.
- (C) O conceito de governança possui um caráter mais amplo que o conceito de governabilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2000 (E MAIS 3 CONCURSOS)

De uma Constituição que adota uma chefia dual do Executivo, com um Chefe de Estado e um Chefe de Governo, em que a permanência deste no cargo depende da confiança do Poder Legislativo, pode-se dizer que adota característica típica do:

- (A) Bicameralismo
- (B) Estado unitário
- (C) Federalismo de equilíbrio
- (D) Presidencialismo
- (E) Parlamentarismo

2.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2012)

O Estudo da Teoria Geral da Constituição revela que a Constituição dos Estados Unidos se ocupa da definição da estrutura do Estado, funcionamento e relação entre os Poderes, entre outros dispositivos. Por sua vez, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é detalhista e minuciosa. Ambas, entretanto, se submetem a processo mais dificultoso de emenda constitucional. Considerando a classificação das constituições e tomando-se como verdadeiras essas observações, sobre uma e outra Constituição, é possível afirmar que

- (A) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, analítica e rígida, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e negativa.
- (B) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é do tipo histórica, rígida, outorgada e a dos Estados Unidos rígida, sintética.
- (C) a Constituição dos Estados Unidos é do tipo consuetudinária, flexível e a da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, rígida e detalhista.
- (D) a Constituição dos Estados Unidos é analítica, rígida e a da República Federativa do Brasil de 1988 é histórica e consuetudinária.
- (E) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é democrática, promulgada e flexível, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e democrática.

3.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

Marque a opção incorreta.

- (A) A constituição escrita, também denominada de constituição instrumental, aponta efeito racionalizador, estabilizante, de segurança jurídica e de calculabilidade e publicidade.
- (B) A constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
- (C) O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XIX, considera como um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição não deve ser escrita.
- (D) A técnica denominada interpretação conforme não é utilizável quando a norma impugnada admite sentido unívoco.
- (E) A constituição sintética, que é constituição negativa, caracteriza-se por ser construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade.

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/ADUANA/2002/1 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Assinale a opção correta.

- (A) É típico de uma Constituição dirigente apresentar em seu corpo normas programáticas.
- (B) Uma lei ordinária que destoa de uma norma programática da Constituição não pode ser considerada inconstitucional.
- (C) Uma norma constitucional programática, por representar um programa de ação política, não possui eficácia jurídica.
- (D) Uma Constituição rígida não pode abrigar normas programáticas em seu texto.
- (E) Toda Constituição semi-rígida, por decorrência da sua própria natureza, será uma Constituição histórica.

5.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/ADUANA/2002/1 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Assinale a opção correta.

(A) As normas constitucionais programáticas, por se destinarem, por sua própria natureza, a uma duração limitada no tempo, estão todas situadas na parte da Constituição relativa às disposições constitucionais transitórias.

(B) As normas constitucionais programáticas não produzem efeito jurídico algum, a não ser depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.

(C) Nenhuma norma da Constituição Federal possui eficácia plena, porque todas elas dependem, em maior ou menor grau, de desenvolvimento do seu conteúdo pelo legislador ordinário.

(D) A Constituição que não adota normas programáticas é conhecida pela doutrina como Constituição dirigente.

(E) Um direito previsto numa norma constitucional de eficácia contida pode ser restringido por meio de lei ordinária.

6.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2000 (E MAIS 3 CONCURSOS)

A respeito das normas constitucionais é correto dizer:

(A) Todas as normas estabelecidas pelo poder constituinte originário no texto constitucional são formalmente constitucionais e se equivalem em nível hierárquico.

(B) As normas que prevêm direitos fundamentais de abstenção do Estado são, em sua maioria, normas não auto-aplicáveis, dependendo de desenvolvimento legislativo para produzirem todos os seus efeitos.

(C) As normas programáticas são, na sua maioria, normas auto-aplicáveis.

(D) Normas constitucionais não auto-aplicáveis somente se tornam normas jurídicas depois de reguladas por lei, uma vez que, antes disso, não são capazes de produzir efeito jurídico.

(E) Numa Constituição classificada como dirigente, não se encontram normas programáticas.

7.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

Marque a opção correta.

(A) O Poder Constituinte Originário é ilimitado e autônomo, pois é a base da ordem jurídica.

(B) O Poder Constituinte Derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal e será exercitado por determinados órgãos com caráter representativo.

(C) A outorga, forma de expressão do Poder Constituinte Originário, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário.

(D) O Poder Constituinte Derivado decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional.

(E) A doutrina aponta a contemporaneidade da ideia de Poder Constituinte com a do surgimento de Constituições históricas, visando, também, à limitação do poder estatal.

8.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA/2005)

Sobre o poder constituinte, marque a única opção correta.

(A) A impossibilidade de alteração da sua própria titularidade é uma limitação material implícita do poder constituinte derivado.

(B) A existência de cláusulas pétreas, na Constituição brasileira de 1988, está relacionada com a característica de condicionado do poder constituinte derivado.

(C) Como a titularidade da soberania se confunde com a titularidade do poder constituinte, no caso brasileiro, a titularidade do poder constituinte originário é do Estado, uma vez que a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

(D) A impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada na vigência de estado de defesa se constitui em uma limitação material explícita ao poder constituinte derivado.

(E) O poder constituinte originário é inicial porque não sofre restrição de nenhuma limitação imposta por norma de direito positivo anterior.

9.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2000 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Assinale a opção correta.

(A) As normas da Constituição de 1988 dispostas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de ser revogadas ou emendadas.

(B) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 não se definem como normas formalmente constitucionais.

(C) Uma norma constitucional, fruto do poder constituinte originário, não pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que não esteja de acordo com algum princípio fundamental, inspirador da Constituição, como o da isonomia e o da democracia.

(D) É inconstitucional toda reapresentação de proposta de emenda à Constituição rejeitada pelo Congresso Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Considere que o Poder Público conserve a titularidade de determinado serviço público a que tenha transferido a execução à pessoa jurídica de direito privado. Nessa situação, a descentralização é denominada:

- (A) por colaboração.
- (B) funcional.
- (C) técnica.
- (D) geográfica.
- (E) por serviços.

2. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Em se tratando dos Consórcios públicos, Terceiro Setor e o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPn. 02 de 2008, é correto afirmar:

- (A) a lei que rege os consórcios públicos prevê dois tipos de contratos a serem firmados pelos entes consorciados: o contrato de rateio e o contrato de cooperação.
- (B) o serviço deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação, quando se tratar da contratação de cooperativas.
- (C) o terceiro setor compreende as entidades da sociedade civil de fins públicos e lucrativos coexistindo com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo setor, que é o mercado.
- (D) é vedado ao consórcio público a possibilidade de ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, com dispensa de licitação.
- (E) no caso de extinção do consórcio público, os entes consorciados responderão subsidiariamente pelas obrigações remanescentes, até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação.

3. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Nos termos do disposto na Constituição Federal, em se tratando dos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) há que se observar, para fins de aferição de isonomia, as vantagens relativas à natureza do trabalho desempenhado.
- (B) a demissão de servidor estável, ao ser invalidada por sentença judicial, resulta em colocação do mesmo em disponibilidade remunerada até o aproveitamento dele em outro cargo.
- (C) independentemente da causa da invalidez, a aposentadoria por invalidez permanente, devidamente homologada, resultará em proventos integrais.
- (D) aos servidores aposentados em determinado cargo, deverá ser estendido um benefício concedido a todos os ocupantes do referido cargo ainda em atividade.
- (E) para fins de aposentadoria e disponibilidade, efetuar-se-á a soma dos tempos de serviço federal, estadual, distrital e municipal.

4. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Quanto ao 'local' em que as licitações serão efetuadas e à divulgação das mesmas, assinale a opção correta.

- (A) A lei exige a publicação pela imprensa oficial dos avisos relacionados com convites.
- (B) Não enseja invalidação do certame licitatório caso haja a escolha de local inóspito quando todos os potenciais interessados tenham acesso ao certame.
- (C) É irrelevante a situação geográfica da repartição interessada nos casos de licitação eletrônica.
- (D) A existência de sítio oficial do órgão administrativo na Internet não impõe a obrigatoriedade da sua utilização para divulgação das licitações, desde que efetuada a publicidade do ato.
- (E) A fim de evitar nulidade do certame licitatório, é necessária a publicação do edital de abertura em sua integralidade no Diário Oficial Local.

5. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Nos termos da lei, a Administração Pública Federal observará, em se tratando do processo administrativo, princípios específicos, exceto:

- (A) princípio da segurança jurídica.
- (B) princípio da razoabilidade.
- (C) princípio da eficiência.
- (D) princípio da insignificância.
- (E) princípio da motivação.

6. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) atos gerais ou normativos são os que se preordenam a regular situações específicas como acontece nos decretos expropriatórios.
- (B) no ius gestionis não há intervenção da vontade dos administrados para sua prática, como acontece nos decretos de regulamentação.
- (C) os atos enunciativos indicam juízos de valor de outros atos de caráter decisório, como acontece nos pareceres.
- (D) os atos complexos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio e as demais instrumentais, como acontece no visto.
- (E) na cassação há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.

7. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

Quanto às formas de aquisição dos Bens Públicos, é correto afirmar:

- (A) aluvião é uma das formas de efetivação da acessão.
- (B) a legislação atual manteve as enfiteuses já existentes no antigo Código Civil, por meio das quais o credor obtém o direito de adquirir os bens praxeados.
- (C) a arrematação exige a posse do bem por determinado período e a boa-fé.
- (D) o contrato é uma forma de aquisição originária da propriedade.
- (E) os bens desapropriados repassados a terceiros, no caso da reforma agrária, não mais possuem natureza de bens públicos, mesmo que não se dê a transferência.

8. (ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 01)

O procedimento licitatório observa vários atos até o encerramento do certame. Neste sentido, é correto afirmar que o ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação, encerrando-se o certame, nos termos da lei, é:

- (A) julgamento.
- (B) homologação.
- (C) contratação.
- (D) habilitação.
- (E) adjudicação.

9. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Segundo a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) somente servidor público pode ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa.
- (B) o integral ressarcimento do dano causado ao patrimônio público somente se dá se o agente tiver agido com dolo.
- (C) no caso de enriquecimento ilícito, o agente público beneficiário somente perderá os bens adquiridos até o limite do valor do dano causado ao patrimônio público.
- (D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da referida Lei até o limite do valor da herança.
- (E) a referida Lei apresenta rol taxativo de condutas que importam o cometimento de atos de improbidade administrativa.

10. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Quanto ao recurso administrativo previsto na Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é incorreto afirmar que:

- (A) salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- (B) em regra, a interposição de recurso administrativo depende de caução prestada pelo requerente.
- (C) o recurso administrativo tramitará, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (D) entre outros, têm legitimidade para interpor recurso administrativo as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (E) quando interposto fora do prazo, o recurso não será conhecido.

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Sobre o Imposto de Importação, é incorreto afirmar:
Alternativas

(A) não se considera estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador.

(B) o imposto não incide sobre mercadoria estrangeira destruída, sob controle aduaneiro, sem ônus para a Fazenda Nacional, antes de desembarçada.

(C) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.

(D) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio ou avaria tenha sido apurado pela autoridade aduaneira.

(E) caberá restituição total ou parcial do imposto pago indevidamente, a qual poderá ser processada de ofício, nos casos de verificação de extravio ou de avaria.

2.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

A Lei n. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, instituiu a Cide-Combustíveis, que é uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Sobre a Cide- Combustíveis, é incorreto afirmar que:

Alternativas

(A) a Cide-Combustíveis tem como fatos geradores as operações de comercialização no mercado interno e a importação de combustíveis

(B) é isenta da Cide-Combustíveis a nafta petroquímica, importada ou adquirida no mercado interno, destinada à elaboração de quaisquer produtos petroquímicos.

(C) são ainda isentos da Cide-Combustíveis os produtos vendidos a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação para o exterior.

(D) a Cide incide sobre álcool etílico combustível destinado a consumo no País.

(E) é responsável solidário pela Cide o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

3.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Leia o texto abaixo:

“Anápolis - GO (17 de outubro de 2013) -O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior disse que o regime automotivo em vigor desde janeiro de 2013 está atingindo os objetivos de atrair tecnologia para o Brasil. “Com o Inovar - Auto, estamos conseguindo atualizar nossas plantas industriais”, disse, durante inauguração de uma linha de veículos em fábrica, em Anápolis - GO, na manhã desta quinta-feira. Desde o lançamento do regime automotivo, 11 montadoras anunciaram a construção ou ampliação de plantas industriais e a vinda para o Brasil. O investimento anunciado desde então já soma R\$ 8,3 bilhões, parte dele para a produção de veículos do segmento de luxo.O objetivo do governo federal ao lançar o plano é produzir carros mais econômicos e mais eficientes do ponto de vista energético e aumentar a exportação de veículos.”

Com base na legislação tributária, assinale a opção correta quanto ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto).

Alternativas

(A) O Inovar-Auto é exemplo de anomalia típica do Imposto sobre Produtos Industrializados, pois desonera a cadeia nacional, reservando toda incidência tributária para o momento da exportação dos veículos.

(B) O Inovar-Auto é exemplo de seletividade invertida do Imposto sobre Produtos Industrializados, pois desonera a produção de itens supérfluos, como carros de luxo, ao tempo em que aumenta a incidência do tributo sobre veículos utilitários de uso coletivo, tais como os ônibus.

(C) Mediante o cumprimento de certas condições, o Inovar-Auto concede ao contribuinte beneficiado crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados e dedutibilidade de percentual investido em tecnologia do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

(D) Assim como em outras políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), o Inovar-Auto busca metas alheias à arrecadação em troca da dedutibilidade de percentuais de certas despesas e custos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e suspensão da exigência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

(E) Mediante o cumprimento de certas condições, o Inovar-Auto concede ao contribuinte beneficiado a suspensão de Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no desembarço aduaneiro de alguns veículos importados.

4.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Caracteriza omissão de receita, e não mera presunção de omissão de receita, constituindo prova suficiente para o lançamento do Imposto de Renda em desfavor da pessoa jurídica:

Alternativas

(A) falta de emissão de nota fiscal ou documento equivalente por ocasião da efetivação das vendas de mercadorias.

(B) falta de escrituração de pagamentos efetuados.

(C) manutenção de obrigações já pagas registradas no passivo.

(D) divergência entre a quantidade de matéria-prima registrada na entrada e a soma da quantidade de mercadorias registradas na saída com os produtos em estoque.

(E) diferença de valores no confronto entre a movimentação bancária contabilizada e a receita auferida registrada.

5.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Considere a situação hipotética narrada:

“Pablo é brasileiro e vive no exterior há alguns anos, em país que tributa a renda da pessoa física em percentual muito superior à tributação brasileira. Pablo mantém fortes laços com Brasil, para onde envia, mensalmente, os produtos artesanais por ele desenvolvidos, recebendo justa contraprestação da Jeremias Artesanato Mundial Ltda., revendedora exclusiva de sua produção, com sede no município de Salvador. Além disso, Pablo possui imóvel na cidade de Manaus, em razão do qual recebe aluguéis mensais, e presta serviços de consultoria para Matias Turismo Pantanal Ltda., empresa sediada no município de Campo Grande. Ano passado, os pais de Pablo faleceram, deixando joias e imóveis no Rio de Janeiro, tudo vendido pela sua irmã, Paola, que, em acordo com o irmão, enviou-lhe a metade da herança que lhe cabia.”

De acordo com a legislação tributária em vigor, assinale a opção correta.

Alternativas

(A) Desde que Pablo tenha quitado os tributos devidos até a data de sua saída definitiva do Brasil, deve receber todos os rendimentos acima descritos livres de Imposto de Renda, já que não é domiciliado nem residente no Brasil.

(B) Independentemente de ser ou não domiciliado ou residente no Brasil, Pablo está obrigado ao Imposto de Renda no Brasil tanto quanto e tal como aqueles cidadãos que aqui residem, por ser brasileiro e porque está auferindo riqueza produzida no Brasil.

(C) Os valores enviados por Jeremias Artesanato Mundial Ltda., em razão da venda do artesanato, assim como os valores dos aluguéis e aqueles decorrentes da prestação de serviços à Matias Turismo Pantanal S.A., que forem remetidos a Pablo no exterior, devem sofrer incidência do Imposto de Renda na fonte, ficando a remessa do quinhão da herança pertencente a Pablo dispensada do recolhimento desse tributo.

(D) Os rendimentos acima descritos que tiverem sido recebidos por Pablo após requerimento e saída definitiva e regular do País ficam todos sujeitos à tributação exclusiva na fonte a título de Imposto de Renda Pessoa Física.

(E) Deve ser retido pelas fontes o valor correspondente ao Imposto de Renda incidente sobre a herança e sobre os aluguéis, ficando os valores enviados por Jeremias Artesanato Mundial Ltda., em razão da venda do artesanato, e os enviados em razão dos serviços prestados à Matias Turismo Pantanal S.A., livres de Imposto de Renda no Brasil por não substanciarem rendimento de trabalho realizado neste País.

AUDITORIA

AUDITORIA

1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

O controle externo da administração pública federal é exercido:

- (A) pelo Senado Federal.
- (B) pela Câmara dos Deputados.
- (C) pelo Tribunal de Contas da União.
- (D) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do sistema de controle interno de cada Poder.

2.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/2º)

Na área federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o monopólio do controle contábil, financeiro e orçamentário, da Administração Pública Federal Direta e Indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

- (A) Correta essa assertiva.
- (B) Incorreta a assertiva, porque esse controle é exercido com exclusividade pelo Congresso Nacional (CN).
- (C) Incorreta a assertiva, porque tal função cabe ao sistema de controle interno, com exclusividade.
- (D) Incorreta a assertiva, porque tal fiscalização é compartilhada entre CN, TCU e sistema de controle interno.
- (E) Incorreta a assertiva, porque esse controle exercido pelo TCU se restringe à Administração Direta.

3.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

À Secretaria Federal de Controle Interno compete:

- (A) a manutenção e o aprimoramento do Plano de Contas Único da União
- (B) a fiscalização de tributos e contribuições parafiscais
- (C) a política de tarifas de importação e exportação relacionada com o abastecimento e preços

- (D) a avaliação do desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal
- (E) a supervisão e a avaliação de projetos financiados com recursos externos

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

Não se inclui na competência do Tribunal de Contas da União, determinada pela Constituição Federal, enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional na realização do controle externo da administração pública federal:

- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (B) julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (D) revogar os atos administrativos em que se constate ilegalidade de que resulte prejuízo ao erário, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

5.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2003)

Em tema de controle externo, no âmbito da Administração Pública Federal, a competência constitucional para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros ou valores públicos, é

- (A) do Tribunal de Contas local, recorrível ao Tribunal de Contas da União.
- (B) do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Congresso Nacional.

(D) própria e privativa do Tribunal de Contas da União.

(E) própria e privativa do Congresso Nacional.

6.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

A fiscalização dos órgãos da Administração Pública Federal, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, sendo que ao TCU compete apreciar as contas anuais do Presidente da República e das suas decisões, em geral, cabe recurso para o Congresso, salvo as de que resulte imputação de débito, porque terão eficácia de título executivo.

(A) Correta a assertiva.

(B) Incorreta a assertiva, porque a apreciação das contas presidenciais é da competência exclusiva do Congresso Nacional.

(C) Incorreta a assertiva, porque das decisões do TCU não cabe recurso para o Congresso Nacional.

(D) Incorreta a assertiva, porque as decisões do TCU imputando débito não têm eficácia de título executivo.

(E) Incorreta a assertiva, porque o controle interno se restringe a verificar a regularidade contábil de contas.

7.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2012)

Os auditores públicos foram designados para examinar as demonstrações contábeis da Empresa Transportes Fluviais S.A. O objetivo é avaliar se os recursos destinados à construção dos dois novos portos foram aplicados nos montantes contratados, dentro dos orçamentos estabelecidos e licitações aprovadas. Foi determinado como procedimento a constatação da existência física dos portos. Esse tipo de auditoria pública é classificada como auditoria

(A) de gestão.

(B) de programas.

(C) operacional.

(D) contábil.

(E) de sistemas.

8.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade

(A) do auditor independente

(B) da administração

(C) do auditor interno

(D) do contador

(E) do conselho fiscal

9.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

O auditor da empresa Negócios S.A. estabeleceu três procedimentos obrigatórios para emissão do parecer. O primeiro, que a empresa renovasse o contrato de auditoria para o próximo ano, o segundo, que a empresa emitisse a carta de responsabilidade da administração e o terceiro, que o parecer seria assinado por sócio do escritório de contabilidade, cuja única formação é administração de empresas. Pode-se afirmar, com relação aos procedimentos, respectivamente, que:

(A) é ético, não é procedimento de auditoria e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(B) não é ético, não é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(C) é ético, não deve ser considerado para emissão do parecer e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(D) é ético, considera-se apenas em alguns casos para emissão do parecer e não atende as normas de auditoria e pessoa do auditor.

(E) não é ético, é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

10.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003)

A ética profissional é condição para o exercício de qualquer profissão. Na execução do trabalho de auditoria, o auditor externo deve atender aos seguintes princípios éticos profissionais:

(A) integridade, eficiência, confidencialidade e dependência

(B) independência, integridade, eficiência e confidencialidade

(C) dependência, integridade, imparcialidade e ineficiência

(D) confidencialidade, integridade, eficiência e negligência

(E) eficiência, confidencialidade, integridade e parcialidade

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

1. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Considerando as regras fundamentais da digrafia contábil, que determina o registro da aplicação dos recursos simultaneamente e em valores iguais às respectivas origens, temos como correta a seguinte equação contábil geral:

- (A) Ativo = Passivo + Capital Social + Despesas - Receitas
- (B) Ativo + Receitas = Capital Social + Despesas + Passivo
- (C) Ativo - Passivo = Capital Social + Receitas + Despesas
- (D) Ativo + Capital Social + Receitas = Passivo + Despesas
- (E) Ativo + Despesas = Capital Social + Receitas + Passivo

2. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

Estudiosos notáveis da Contabilidade têm-na contemplado com diversas teorias e proposições. Três dessas teorias sobrevivem e, hoje, são consideradas principais. Uma delas, conhecida como Teoria Personalista ou Personalística, classifica todas as contas em:

- (A) contas patrimoniais e contas diferenciais.
- (B) contas integrais e contas diferenciais.
- (C) contas patrimoniais e contas de resultado.
- (D) contas de agentes consignatários e contas de proprietário.
- (E) contas de agentes e contas de proprietário.

3. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

A empresa Eletronics S.A. fabrica televisores de LCD de última geração. A garantia convencional é dada para três anos e a garantia oferecida é estendida para mais um ano mediante pagamento complementar. Como o custo é baixo, em 90% dos casos o cliente adquire. A empresa registra o valor da venda do televisor como receita de vendas e a garantia estendida como receita de serviços, no resultado. Pode-se afirmar que, nesse caso, não está sendo atendido o princípio:

- (A) da continuidade.
- (B) do custo como base do valor.
- (C) da competência.
- (D) da neutralidade.
- (E) da entidade.

4. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003)

Quando o Contador registra, no fim do exercício, uma variação cambial para atualizar a dívida em moeda estrangeira; quando faz provisão para crédito de liquidação duvidosa; ou quando faz um lançamento de ajuste do estoque ao preço de mercado está apenas:

- (A) cumprindo a sua obrigação profissional.
- (B) executando o regime contábil de competência.
- (C) cumprindo o princípio fundamental da prudência.
- (D) satisfazendo o princípio fundamental da entidade.
- (E) seguindo a convenção do conservadorismo.

5. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003)

Com as instruções fornecidas a seguir, responder à questão.

I. A Cia. Boa Vista, companhia atuante no mercado imobiliário, em 20.10.20x1 faz uma aplicação financeira em Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 500.000, resgatável em 180 dias pelo valor de R\$ 590.000, com Imposto de Renda Retido na Fonte de 10%;

II. O imposto retido é compensável com o Imposto de Renda devido sobre o lucro apurado no período fiscal;

III. O período contábil da empresa, estabelecido em seu estatuto, abrange o intervalo de tempo entre 01.01 a 31.12 de cada ano.

O valor a ser incorporado como custo de aquisição da operação é

- (A) R\$ 590.000
- (B) R\$ 536.000
- (C) R\$ 534.000
- (D) R\$ 530.000
- (E) R\$ 500.000

6. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2012)

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que

- (A) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- (B) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (C) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- (D) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- (E) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

7. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2009)

Observemos o seguinte fato contábil: pagamento, mediante a emissão de cheque, de uma duplicata antes do vencimento, obtendo-se um desconto financeiro, por essa razão.

Para que o registro contábil desse fato seja feito em um único lançamento, deve-se utilizar a

- (A) primeira fórmula, com 1 conta devedora e 1 conta credora.
- (B) segunda fórmula, com 1 conta devedora e 2 contas credoras.
- (C) terceira fórmula, com 2 contas devedoras e 1 conta credora.
- (D) quarta fórmula, com 2 contas devedoras e 2 contas credoras.
- (E) terceira fórmula, com 3 contas devedoras e 1 conta credora.

8. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

Entre as formalidades extrínsecas e intrínsecas dos Livros de Escrituração, destacamos as abaixo indicadas, exceto:

- (A) Termos de abertura e de encerramento.
- (B) Registro na Junta Comercial (autenticação).
- (C) Numeração tipográfica e seqüencial das folhas.

- (D) Escrituração em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- (E) Existência de emendas, rasuras e espaço em branco.

9. (ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/ADUANA/2002/1)

Assinale, abaixo, a opção que não se enquadra no complemento da frase:

"A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

- (A) Livro de Registro de Ações Ordinárias".
- (B) Livro de Atas das Assembléias-Gerais".
- (C) Livro de Presença de Acionistas".
- (D) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal".
- (E) Livro de Transferência de Ações Nominativas".

10. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Os títulos que estão relacionados abaixo em ordem alfabética constam do Plano de Contas da empresa S/A Mera & Simples.

- Ações de Coligadas
- Ações em Tesouraria
- Capital a Integralizar
- Capital Social
- Depósito Bancário
- Despesas Antecipadas
- Duplicatas Descontadas
- Duplicatas a Pagar
- Duplicatas a Receber
- Empréstimos Bancários
- Estoque de Mercadorias
- Receitas Antecipadas
- Venda de Mercadorias

Observando-se a relação acima podemos dizer que ela contém

- (A) 01 conta de passivo, 05 contas de ativo e 07 contas de patrimônio líquido
- (B) 02 contas integrais credoras, 05 contas integrais devedoras e 06 contas diferenciais
- (C) 03 contas de resultado e 10 contas patrimoniais
- (D) 06 contas de saldos credores e 07 contas de saldos devedores
- (E) 03 contas de agente consignatário, 04 contas de agente correspondente e 06 contas do proprietário

11. (ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Em 31.12.1999 a firma Dubitatia Ltda. fez a estimativa de que, provavelmente, perderia no ano seguinte R\$ 670,00 no recebimento das duplicatas de sua emissão. Nessa mesma data havia saldo anterior de R\$ 320,00 na conta Provisão para Devedores Duvidosos.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

A Lei Complementar n. 123/2006 prevê tratamento tributário diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que consiste em um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos por estas entidades, denominado Simples Nacional. Sobre este, é incorreto afirmar que:

(A) para fins do Simples Nacional, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

(B) o Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de um conjunto de tributos e contribuições. Todavia, mesmo em relação a algum destes tributos e contribuições, há situações em que o recolhimento dar-se-á à parte do Simples Nacional.

(C) na determinação dos valores a serem lançados de ofício para cada tributo, após a exclusão do Simples Nacional, devem ser deduzidos eventuais recolhimentos da mesma natureza efetuados nessa sistemática, observando-se os percentuais previstos em lei sobre o montante pago de forma unificada.

(D) alteração recente na legislação tributária permitiu o parcelamento de débitos do Simples Nacional.

(E) para efeito do Simples Nacional, e enquadramento da sociedade empresária na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deve-se considerar a receita de cada estabelecimento individualmente, e não o somatório destes.

2.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Em relação ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, marque a resposta correta.

(A) As atividades de arrecadação, cobrança e tributação das contribuições pagas de conformidade com o SIMPLES competem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto às contribuições para a seguridade social por ele administradas.

(B) A inscrição de pessoa jurídica no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições, entre outros: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

(C) Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e às multas de mora e de ofício previstas para o imposto sobre produtos industrializados.

(D) As pessoas jurídicas, enquadradas na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que se dediquem exclusivamente às atividades de centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga, agências lotéricas e agências terceirizadas de correios têm permissão legal para optar pela inscrição no SIMPLES.

(E) Em regra, é vedada a inclusão, no SIMPLES, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), devidos por microempresa e empresa de pequeno porte.

3.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. Para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, a industrialização é caracterizada como qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto.

II. O aperfeiçoamento para consumo é considerado como industrialização, para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, dependendo do processo utilizado para obtenção do produto e da localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

III. A alteração da apresentação do produto pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria, é caracterizado como industrialização para fins da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) O item I e o item II estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Os itens II e III estão corretos.
- (E) Os itens I e III estão corretos.

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA/2005)

O campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados abrange:

- (A) todos os produtos relacionados na TIPI.
- (B) todos os produtos relacionados na TIPI, com alíquota, mesmo os com alíquota zero.
- (C) todos os produtos, exceto aqueles a que corresponde a notação "Zero".
- (D) todos os produtos com alíquota.
- (E) todos os produtos, mesmo os com alíquota zero ou com a notação NT, ainda que não relacionados na TIPI.

5.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/2º)

A notação NT(não-tributado) aposta diante do código TIPI, constante da Tabela de Incidência do IPI, implica considerar-se que o produto está:

- (A) imune.
- (B) isento.
- (C) sujeito a pauta de valores.
- (D) fora do campo de incidência.
- (E) sujeito à tributação pelo preço da operação.

6.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Não se considera industrialização a operação

- (A) definida como tal, mas que esteja incompleta, ou seja parcial ou intermediária
- (B) que, exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova
- (C) que apenas modifique, aperfeiçoe ou altere o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto
- (D) que altere a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, quando esta se destine apenas ao transporte da mercadoria
- (E) que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, sob a mesma classificação fiscal

7.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

São equiparados aos estabelecimentos industriais para fins de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados:

I. Os estabelecimentos que comercializam produtos cuja industrialização tenha sido realizada por outro estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, mediante a remessa, por eles efetuada, de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, recipientes, moldes, matrizes ou modelos.

II. Os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma firma.

III. Os estabelecimentos atacadistas e cooperativas de produtores que derem saída a bebidas alcoólicas.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) O item I e o item II estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Os itens II e III estão corretos.
- (E) Os itens I e III estão corretos.

8.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Não se considera estabelecimento industrial o que executa operações de que resulte produto tributado, quando a alíquota for zero.

Não se equiparam a estabelecimento industrial os estabelecimentos importadores de produtos de procedência estrangeira, que dêem saída a esses produtos, se não realizam qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo.

Não se considera industrialização o preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem de apresentação.

- (A) As três assertivas são falsas.
- (B) É falsa apenas a primeira assertiva.
- (C) É falsa apenas a segunda assertiva.
- (D) É verdadeira apenas a última assertiva.
- (E) São verdadeiras as duas últimas assertivas.

9.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

São imunes da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, exceto:

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre Jurisdição Aduaneira e Controle Aduaneiro de Veículos, é correto afirmar:

(A) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, exceto as Áreas de Livre Comércio, sujeitas à legislação específica.

(B) somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, mas isso não se aplica à importação e à exportação de mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a outros casos estabelecidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(C) compete ao Ministro de Estado da Fazenda definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento dos locais e recintos onde ocorram, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial, bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados, e remessas postais internacionais.

(D) relativamente à mercadoria descarregada de veículo procedente do exterior, o volume que, ao ser descarregado, apresentar-se quebrado, com diferença de peso, com indícios de violação ou de qualquer modo avariado, deverá ser objeto de conserto e pesagem, fazendo-se, ato contínuo, a devida anotação no registro de descarga, pelo depositário. A autoridade aduaneira poderá determinar a aplicação de cautelas fiscais e o isolamento dos volumes em local próprio do recinto alfandegado, exceto nos casos de extravio ou avaria, dado o estado já verificado dos volumes, os quais não poderão permanecer no recinto alfandegado.

(E) o transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas

transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado. A autoridade aduaneira poderá proceder às buscas em veículos necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação, mas, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, as buscas poderão ocorrer apenas em momento ulterior à apresentação das referidas informações pelo transportador.

2.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre o Imposto de Importação, é incorreto afirmar:

(A) não se considera estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador.

(B) o imposto não incide sobre mercadoria estrangeira destruída, sob controle aduaneiro, sem ônus para a Fazenda Nacional, antes de desembarçada.

(C) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.

(D) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio ou avaria tenha sido apurado pela autoridade aduaneira.

(E) caberá restituição total ou parcial do imposto pago indevidamente, a qual poderá ser processada de ofício, nos casos de verificação de extravio ou de avaria.

3.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre Bagagem e Regime Aduaneiro de Bagagem no MERCOSUL, é correto afirmar:

(A) os veículos automotores em geral, as motocicletas, as motonetas, as bicicletas com motor, os motores para embarcação, as motos aquáticas e similares, as casas rodantes, as aeronaves e as em-

barcações de todo tipo estão excluídos do conceito de bagagem, mas esses bens poderão ingressar no País sob o regime de admissão temporária, sempre que o viajante comprove sua residência permanente em outro país.

(B) o viajante não poderá declarar como própria bagagem de terceiro, ou utilizar o tratamento de bagagem para o ingresso de bens que não lhe pertençam, exceto os cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.

(C) muito embora não seja razoável, mas em função da legalidade estrita que norteia a temática da bagagem de viajantes, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não está autorizada a editar atos normativos específicos relativos ao tratamento tributário aplicável à bagagem dos viajantes que ingressarem no País para participar da Copa do Mundo Fifa 2014.

(D) por intermédio de requerimento, a bagagem desacompanhada poderá ser desembaraçada antes da chegada do viajante.

(E) o brasileiro ou o estrangeiro residente no País, que tiver permanecido no exterior por período superior a um ano, ou o estrangeiro que ingressar no País para nele residir, de forma permanente, terá direito à isenção relativa aos seguintes bens, desde que usados: a) móveis e outros bens de uso doméstico; e b) ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos, necessários ao exercício de sua profissão, arte ou ofício, individualmente considerado.

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal exarou importante decisão sobre a base de cálculo do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, conforme se verifica do julgamento do Recurso Extraordinário n. 559.937/Rio Grande do Sul. De acordo com essa paradigmática decisão, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. A referência ao "valor aduaneiro" no art. 149, § 2º, III, "a", da Constituição Federal implicou utilização de expressão com sentido técnico inequívoco, porquanto já era utilizada pela legislação tributária para indicar a base de cálculo do Imposto de Importação.

II. A Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004, ao instituir o PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação, alargou, inovou, alterou o conceito de valor aduaneiro, de modo que passasse a abranger, para fins de apuração de tais contribuições, outras grandezas nele não contidas.

III. O gravame das operações de importação se dá como concretização do princípio da isonomia.

IV. A Corte julgou inconstitucional a seguinte parte do art. 7º, inciso I da Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004: "acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições".

(A) Estão corretos somente os itens I e II.

(B) Estão corretos somente os itens I e III.

(C) Estão corretos somente os itens II, III e IV.

(D) Estão corretos somente os itens I e IV.

(E) Todos os itens estão corretos.

5.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Acerca da base de cálculo do Imposto de Importação, Valoração Aduaneira e Regime de Tributação Unificada, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro. Esse controle consiste na verificação da conformidade do valor aduaneiro declarado pelo importador com as regras estabelecidas no Acordo de Valoração Aduaneira. Integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado, o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro. Também integram o aludido valor aduaneiro os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada aos locais acima referidos.

II. O Acordo de Valoração Aduaneira indica seis métodos para o procedimento de valoração aduaneira, cuja utilização deve ser sequencial e por exclusão. Assim, não sendo possível a determinação do valor aduaneiro pelo método do valor de transação ajustado, deve-se passar para o método do valor de transação de produtos similares.

III. Segundo o Artigo IV do Acordo de Valoração Aduaneira, poderá ser invertida a ordem dos métodos previstos nos Artigos 5 (método dedutivo) e 6 (método computado) do aludido Acordo, a pedido do importador. No entanto, países em desenvolvimento podem condicionar essa inversão à aquiescência das autoridades aduaneiras, sendo que o Brasil não teve interesse em fazer a mencionada reserva.

IV. No Regime de Tributação Unificada, é vedada a inclusão de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

COMÉRCIO INTERNACIONAL

1.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

De acordo com a legislação aduaneira, é correto afirmar:

Alternativas

(A) segundo o Regulamento Aduaneiro, são dois os documentos que devem obrigatoriamente instruir a declaração de importação: a via original do conhecimento de carga ou documento de efeito equivalente e a via original da fatura comercial, assinada pelo exportador. Não poderão ser exigidos outros documentos instrutivos em razão de que tal exigência ofenderia o princípio da legalidade estrita.

(B) a fim de determinar o tipo e a amplitude do controle a ser efetuado na conferência aduaneira, a legislação determina que serão adotados canais de seleção. Pelo canal de conferência cinza, será realizado o exame documental, a verificação da mercadoria e a aplicação de procedimento especial de controle aduaneiro, para verificar elementos indiciários de fraude.

(C) o cancelamento da declaração de importação exige o importador da responsabilidade por eventuais infrações.

(D) aplica-se a pena de perdimento da mercadoria saída da Zona Franca de Manaus sem autorização da autoridade aduaneira, quando necessária, por configurar crime de descaminho.

(E) a denúncia espontânea exclui a aplicação de multas de natureza tributária ou administrativa, inclusive das aplicáveis na hipótese de mercadoria sujeita à pena de perdimento.

2.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Sobre Bagagem e Regime Aduaneiro de Bagagem no MERCOSUL, é correto afirmar:

Alternativas

(A) os veículos automotores em geral, as motocicletas, as motonetas, as bicicletas com motor, os motores para embarcação, as motos aquáticas e similares, as casas rodantes, as aeronaves e as embar-

cações de todo tipo estão excluídos do conceito de bagagem, mas esses bens poderão ingressar no País sob o regime de admissão temporária, sempre que o viajante comprove sua residência permanente em outro país.

(B) o viajante não poderá declarar como própria bagagem de terceiro, ou utilizar o tratamento de bagagem para o ingresso de bens que não lhe pertencam, exceto os cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.

(C) muito embora não seja razoável, mas em função da legalidade estrita que norteia a temática da bagagem de viajantes, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não está autorizada a editar atos normativos específicos relativos ao tratamento tributário aplicável à bagagem dos viajantes que ingressarem no País para participar da Copa do Mundo Fifa 2014.

(D) por intermédio de requerimento, a bagagem desacompanhada poderá ser desembaraçada antes da chegada do viajante.

(E) o brasileiro ou o estrangeiro residente no País, que tiver permanecido no exterior por período superior a um ano, ou o estrangeiro que ingressar no País para nele residir, de forma permanente, terá direito à isenção relativa aos seguintes bens, desde que usados: a) móveis e outros bens de uso doméstico; e b) ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos, necessários ao exercício de sua profissão, arte ou ofício, individualmente considerado.

3.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Acerca do PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e dos programas específicos que veiculam benefícios fiscais no âmbito de tais tributos, do Imposto sobre Produtos Industrializados-Importação e do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, assinale a opção correta.

Alternativas

(A) O Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – Reicomp permite a importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização de equipamentos de informática com isenção do pagamento da Contribuição para o PIS/ PASEP-Importação e da COFINS-

-Importação, além de outros tributos, quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no REICOMP dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

(B) O Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID é o que permite a importação de bens de defesa nacional com suspensão da Contribuição do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, além de outros tributos, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. Como uma política de incentivo ao desenvolvimento das empresas brasileiras na área, as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, podem habilitar-se ao RETID.

(C) Compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil a administração das atividades relativas à cobrança, à fiscalização e à arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e compete ao Ministério dos Transportes a administração das atividades relativas a restituição e à concessão de incentivos do AFRMM previstos em lei.

(D) O fato gerador do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro. O AFRMM não incide sobre a navegação fluvial e lacustre, exceto sobre cargas de granéis líquidos, transportadas no âmbito das Regiões Norte e Nordeste, mas incide sobre o frete relativo ao transporte de mercadoria submetida à pena de perdimento.

(E) O fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados, na importação, é o desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.

4.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Sobre Jurisdição Aduaneira e Controle Aduaneiro de Veículos, é correto afirmar:

Alternativas

(A) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, exceto as Áreas de Livre Comércio, sujeitas à legislação específica.

(B) somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, mas isso não se aplica à importação e à exportação de mercadorias conduzidas

por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a outros casos estabelecidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(C) compete ao Ministro de Estado da Fazenda definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfanfandegamento dos locais e recintos onde ocorram, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial, bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados, e remessas postais internacionais.

(D) relativamente à mercadoria descarregada de veículo procedente do exterior, o volume que, ao ser descarregado, apresentar-se quebrado, com diferença de peso, com indícios de violação ou de qualquer modo avariado, deverá ser objeto de conserto e pesagem, fazendo-se, ato contínuo, a devida anotação no registro de descarga, pelo depositário. A autoridade aduaneira poderá determinar a aplicação de cautelas fiscais e o isolamento dos volumes em local próprio do recinto alfandegado, exceto nos casos de extravio ou avaria, dado o estado já verificado dos volumes, os quais não poderão permanecer no recinto alfandegado.

(E) o transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado. A autoridade aduaneira poderá proceder às buscas em veículos necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação, mas, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, as buscas poderão ocorrer apenas em momento ulterior à apresentação das referidas informações pelo transportador.

5.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Acerca da base de cálculo do Imposto de Importação, Valoração Aduaneira e Regime de Tributação Unificada, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro. Esse controle consiste na verificação da conformidade do valor aduaneiro declarado pelo importador com as regras estabelecidas no Acordo de Valor ação Aduaneira. Integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado, o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto